

Nova Constituição tem texto definitivo

Brasília — Moreira Mariz

BRASÍLIA — Depois de 20 meses de trabalho, 912 votações em plenário e mais de 65 mil emendas apreciadas, a Constituinte aprovou ontem o texto definitivo da nova Constituição, por 474 votos a favor, 15 contra e seis abstenções. "Chegamos, nós chegamos. Graças a Deus, à sociedade, aos constituintes e ao povo brasileiro, chegamos", comemorou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, sob as palmas do plenário, às 14h39, ao anunciar o resultado.

A nova Carta entrará em vigor logo após sua promulgação, no dia 5 de outubro. São 245 artigos no corpo permanente e 70 nas Disposições Transitórias, que só poderão ser alterados através de emenda constitucional com o apoio de três quintos dos deputados e senadores, ou em 1993, pelo voto da maioria absoluta (metade mais um) dos membros do Congresso Nacional.

A sessão, que começou às 9h30, foi tranqüila. As 11h, com a chegada de Ulysses ao plenário, cada líder partidário teve dez minutos de tribuna, para falar em nome de seu partido sobre o texto da nova Constituição. Todos convocaram seus liderados a votarem a favor, menos Luís Inácio Lula da Silva, do PT, que recomendou o voto "não" por discordar de pontos como a proibição da reforma agrária em terras produtivas. Mesmo assim, o deputado João Paulo (PT-MG) preferiu não seguir a orientação de Lula e votou "sim".

Contrariando as expectativas, nenhum líder apresentou questão de ordem exigindo votação em separado para os dispositivos que sofreram mudanças na Comissão de Redação. A única votação realizada durante toda a sessão foi a que confirmou definitivamente o texto da nova Constituição.



No final da Constituinte, o plenário acompanha Ulysses na salva de palmas para a nova Constituição

Em vez de pompa, pressa e tédio

Ao invés da pompa e circunstância esperadas para a última sessão da Constituinte, foi o tédio e a pressa que marcaram a aprovação definitiva da nova Constituição. Depois de vinte meses de trabalho, ninguém teve paciência para prestar atenção aos longos discursos dos líderes partidários. Enfasiados, os constituintes mataram o tempo lendo jornal, conversando ou simplesmente resmungando. A preocupação era uma só: votar o mais rápido possível e voltar para casa.

Dezenas de parlamentares fizeram expressões de alívio ao constatarem que a maratona tinha finalmente chegado ao fim. Mal registravam os votos, começavam a aplaudir e a gritar: "Acabou". Foi o único momento alegre e descontraído das cinco longas horas de sessão. Em meio aos cumprimentos, uma notícia corria de boca em boca: uma festa à noite na Boate Zoom para comemorar a aprovação do texto. Até mesmo o sisudo e circunspecto secretário-geral da Constituinte, Paulo Afonso Martins, arriscou uma pergunta a um amigo: "Você vai a essa boate?"

Bombons — Se desta vez os constituintes não arremessaram aviões de papel para matar o tédio, recorreram a detalhadas leituras dos jornais. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), quando iniciou seu discurso, chegou mesmo a ironizar: "Senhores constituintes, hoje mais leitores do que ouvintes..." Chamou atenção e foi o único que atraiu o interesse dos parlamentares, recebendo aplausos demorados.

Com as galerias completamente vazias, Ulysses apelava insistentemente para que ninguém saísse. "Ele quer acabar logo com isso e eu também", disse aliviado o deputado José Tavares (PMDB-PR), quando consultou a mesa sobre uma possível interrupção da sessão para o almoço. Sem sanduíches à venda na sala de café do plenário, muita gente partiu para os chocolates. Faminto, o senador Mário Covas gastou Cz\$ 500 em bombons, comendo um atrás do outro. Foi a mesma solução encontrada pelo deputado César Maia (PDT-RJ).

Único representante do Partido da Juventude no Congresso, o deputado Arnaldo Faria de Sá (SP) não abriu mão do direito de discursar, aguçando a impaciência do plenário. Quando terminou, não escondeu o desconsolo: "Ninguém está dando bola pra nada. Isso só serve para os anais". A medida que os outros 16 líderes falavam, a distração e as queixas dos constituintes cresciam.

Ousadias — Uma das raras exceções foi o deputado Gerson Peres (PDS-PA), que gravou todos os discursos para reproduzi-los na Rádio Tocantins, na cidade de Cameta. Dos 14 mil eleitores do lugar, 11 mil votaram no deputado em 1986. O sucesso é logo explicado: Peres distribuiu dez mil rádios que, graças a um dispositivo que Peres mandou instalar nos aparelhos só sintonizam na estação de sua propriedade. "Preciso cuidar dos meus ouvintes", brincava, ao ligar e desligar um gravador.

Como era a última sessão, até mesmo pequenas ousadias foram cometidas. O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos pesos-pesados dos conservadores, trocou o lado direito do plenário pelo esquerdo, dizendo que procurava o apoio do deputado José Genoíno (PT-SP) para votar contra o texto. Quieto, num paletó de lá que destoava do calor de Brasília, o presidente nacional do PC do B, João Amazonas, assistia à sessão numa das cadeiras do fundo do plenário. Inovação mesmo, cometeu o deputado Alceni Guerra (PFL-PR): trouxe seus filhos Pedro, 7, e Guilherme, 9, para a última sessão.

PDS se curva à maioria

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, encerrou sua participação na Assembléia Nacional Constituinte aplaudido de pé, com um discurso eloquente em defesa da nova Carta. Em nome de seu partido, Passarinho encaminhou o voto favorável da bancada, salientando que a Constituição não é a dos sonhos dos pedessistas ou de qualquer constituinte, mas que expressa a vontade da maioria. "Ninguém poderá arrogar-se o direito de insurgir-se contra ela, seja qual for o seu poder ou a sua importância", advertiu.

Ex-ministro dos governos Costa e Silva e Médici, Passarinho acredita que a promulgação da nova Carta praticamente encerra a transição que o Brasil vive desde 1979, do autoritarismo para a democracia plena. A seu ver, a prova de eficácia da Constituição virá com o tempo. "Mas ingovernável, ela certamente não torna o país", opinou o senador. "Requererá, isto sim, talento para o exercício do governo".

Tentativa — Na opinião do presidente do PDS, o país está tentando agora a "democracia governante", em

que é ampla a participação popular. Ele prevê críticas, por acharem-na tímida, ao mesmo tempo em que haverá os que a considerarão excessiva. O importante, segundo ele, é atentar para o fato de que a democracia está em processo permanente de mutação e deve ser reexaminada constantemente. "Na prática, a Constituição será submetida à dura prova de eficácia", diz o senador.

O texto da nova Carta resulta, segundo Passarinho, do entrelaço da inércia da tradição com a força motora das mudanças. "Sem renegar nosso passado, convivemos civilizadamente com aqueles que conosco antagonizam ideologicamente, inclusive com os que combateram, de armas nas mãos, o regime de que fomos o braço político", ressaltou. Lembrou que os adversários do passado não são vistos como incendiários. Reconheceu que a esquerda foi "útil na obtenção dos avanços sociais, assim como nós na contenção dos excessos, ainda que alguns estejam consagrados em dispositivos de indissolúvel vocação estatizante, que retroage às equivocadas idéias sepultadas nos anos 50".

PT fica sozinho ao dizer 'não' à Carta

O líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), anunciou em discurso que o partido votaria contra a aprovação da Constituição por causa da reforma agrária, da manutenção da tutela dos militares e dos privilégios das classes dominantes. Apesar de, na reunião do Diretório Nacional que decidiu pelo voto "não" à Carta, Lula ter lutado pelo "sim", seu discurso foi emocionado. Nem parecia que estava defendendo uma posição que não era a sua.

Contrariando a orientação do Diretório Nacional, o deputado João Paulo (MG) recusou-se a votar "não". "O PT teve participação ativa na elaboração da nova Carta. Muitos capítulos, principalmente os relativos aos direitos sociais, são quase integralmente de autoria do PT", justificou-se João Paulo.

João Paulo disse que comunicou à liderança do PT que iria votar a favor da aprovação do texto. "Foi a única coisa que fiz. Não esperei a resposta. Portanto, não sei o que pode acontecer." Caso o Diretório considere que sua falta foi grave, poderá expulsá-lo. Há precedentes. Na legislatura passada, os deputados Ailton Soares e Bete Mendes foram expulsos por votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

A posição do PT foi muito criticada pelos parlamentares de outros partidos. "Não entendo esse PT. Quem tem ficado contra a Constituição é a direita", disse o líder do PCB, Roberto Freire (PE). "Como em muitas ocasiões, principalmente no caso do parlamentarismo, o PT se equivocou. Vai ter que prestar contas à história", afirmou a deputada Cristina Tavares (PSDB-PE).



O deputado Alceni Guerra levou os dois filhos

Sessão emociona políticos

Tarde de imagens poéticas teve até citação de Wilde

Foi com reações diversas — ternura, deslumbramento, desconfiança e alívio — que os 559 constituintes viram nascer ontem a nova Constituição, que será promulgada a 5 de outubro. O deputado Alceni Guerra (PFL-PR) estava tão feliz que levou dois de seus filhos, Guilherme e Pedro, para verem o nascimento da "nova irmãzinha", na qual alguns, como o deputado Afif Domingos (PL-SP), enxergaram defeitos congênitos — para ele, a falta de modernidade da nova Carta, principalmente na ordem econômica, "que leva o país ao fechamento." Outros estavam mais entusiasmados, como o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), que disse sentir-se um dos autores da nova Carta desde 1967, quando o PCB, em seu 7º Congresso, na clandestinidade, propôs a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

O senador Mário Covas (PSDB-SP), realista, disse que ainda há muito o que ser melhorado na Constituição. "Tanto ela não é perfeita" declarou, "que haverá uma revisão constitucional dentro de cinco anos". Mesmo assim, para ele, ela "tem a cara do Brasil", justificando: "Toda a sociedade participou do processo nas eleições e, depois, com a apresentação

das emendas populares, pelas quais 30 mil cidadãos puderam apresentar suas sugestões diretamente aos constituintes". Covas foi o autor da emenda ao Regimento Interno da Constituinte que criou as emendas populares. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) comemorou o fato de não ter entrado na Carta a estabilidade no emprego e a desapropriação de terras produtivas.

Deslumbramento — O deputado José Genoíno (PT-SP) disse que estava olhando a nova Constituição com o "olho esquerdo atravessado" e relacionou os defeitos: "A sociedade continua tutelada pelas Forças Armadas, fomos derrotados na reforma agrária e não conseguimos a abertura do Poder Judiciário". Mas mesmo assim Genoíno mostrou-se encantado com alguns avanços, como a derrubada da censura às artes e espetáculos, o direito ao voto aos 16 anos e o direito irrestrito de greve.

No meio desse deslumbramento, houve preocupações quanto ao futuro da Carta. "Vamos respeitá-la e cumpri-la", disse o deputado Delfim Netto (PDS-SP). "Não me cabe dizer se gosto ou não. Ela nasceu. Temos que respeitá-la", acrescentou o líder do PFL, deputado José Lourenço. Já o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) recorreu a uma frase de Oscar Wilde, para quem "só duas coisas são gratificantes: o céu estrelado e o dever cumprido".

Deputados se agredem

Os deputados José Genoíno (PT-SP) e Nilson Gibson (PMDB-PE) se agrediram para discursar primeiro. Genoíno provocou: "Cheguei aqui meia hora atrás. E você só usa esse microfone para puxar o saco de alguém. De quem é que você vai puxar o saco hoje? Do Sarney, do general Leônidas ou de Ulysses Guimarães?" Gibson respondeu: "O seu é que não será, pois você não passa de um cearense sem futuro". Genoíno interrompeu: "Tenho futuro, sim. Quero chegar à Presidência da República. No dia em que isso ocorrer, você vai ganhar salário mínimo cortando cana em Pernambuco ou vai para o paredão por excesso de circunlocução". Gibson reagiu: "Deixa você perder esse mandato de deputado e ficar sem emprego. Vai ver se vou lhe ajudar". Quando a sessão começou, Gibson discursou primeiro.

Dos 64 ausentes, 15 foram para a Europa

Seis constituintes se abstiveram de votar o texto final da nova Constituição, entre eles Ulysses Guimarães, que manteve a posição que tomou em todas as votações da Constituinte. Os outros cinco são: deputados Gilson Machado (PFL-PE), Irupum Costa Júnior (PMDB-GO), Jairo Azi (PDC-BA), João Machado Rollemberg (PFL-CE) e o senador Leopoldo Peres (PMDB-AM).

Outros 64 constituintes deixaram de votar a redação final da nova Constituição. Quinze deles não compareceram porque se encontram na Bulgária, onde participam da Reunião Plenária da Interparlamentar Mundial. São eles: Adolfo de Oliveira (PL-RJ), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Aloysio Chaves (PFL-PA), Fernando Santana (PCB-BA), Amaury Muller (PDT-RS), Fernando Lyra (PDT-PE), Amaral Netto (PDS-RJ), Thomas Nonó (PFL-AL), Ruy Barcelar (PMDB-BA), Jamil Haddad (PSB-RJ), Marcondes Gadelha (PFL-PB), Saldanha Derzi (PMDB-MS), Angelo Magalhães (PFL-BA), Ivo Cersósimo (PMDB-MS) e Edison Lobão (PFL-MA).